



Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO		Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	7	12.164	5.887		Fornecedores	15	15.533	22.922	
Concessionárias	8	1.389	-		Impostos a pagar	9	843	79	
Impostos a compensar	9	497	11		Empréstimos e financiamentos	16	15.967	10.912	
Partes relacionadas	10	-	6.398		Outras contas a pagar	17	292	185	
Cauções e depósitos vinculados	11	-	10.603		Partes relacionadas	10	-	26.384	
Adiantamento a fornecedores	12	4.093	2		Total		32.635	60.482	
Despesas antecipadas	13	-	-		Não circulante				
Total		31	-		Empréstimos e financiamentos	16	104.493	92.432	
Não circulante					Provisões	18	516	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	5		Outras contas a pagar	17	-	156	
Partes relacionadas	10	1.110	-		Total do passivo		105.009	92.587	
Cauções e depósitos vinculados	11	3.615	2.867		Patrimônio Líquido		137.644	153.069	
Imobilizado	14	151.393	153.750		Capital social	19	38.302	27.731	
Total do ativo		174.292	179.524		Prejuízos acumulados	19	(1.654)	(1.276)	
					Total do patrimônio líquido		36.648	26.455	
					Total do passivo e patrimônio líquido		174.292	179.524	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Central Elétrica SRMN I S.A. ("Companhia" ou "SRMN I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Elétrica SRMN I e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 15, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **1.1. Autorização do Parque Elétrico Santa Rosa Mundo Novo I**: Em 04 de junho de 2018 o Parque Elétrico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 16,5 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração elétrica Santa Rosa Mundo Novo I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, ao preço de R\$108,25/MWh. Em 07 de fevereiro de 2022 a ANEEL emitiu o despacho nº 387 autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I a partir de 1º de janeiro de 2022.

Empresa

Central Elétrica SRMN I

EOL Santa Rosa e Mundo Novo I

Produtor Independente

Autorização

RN

Capacidade instalada (MW)

33,60

Energia assegurada (Mm)

18,40

Data do início da operação

2018

Início

04/06/2018

Autorização / Registro

Término

03/06/2053

1.2. Capital Circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque elétrico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma: (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu inicio em julho de 2021 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaleu a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balancos patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo pelo método de despesa. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 24, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Dessa forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados real podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • **Imobilizado:** determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto, (nota explicativa nº 14). • **Provisão de desmantelamento:** reconhecimento mensurável das provisões, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • **Receita operacional líquida:** (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 20); • **Provisão para riscos tributários, tributários e civis:** reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado, que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuras e não futuradas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** O parque elétrico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques elétricos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventuais ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e considerando o risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado, que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **d) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventuais ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e considerando o risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado, que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não circulantes quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **f) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não circulantes quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social é calculado à alíquota de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 60 trilhões, e para a contribuição social, é calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens direta e de longo prazo. Para esses contratos de arrendamento de terrenos pelo Parque Elétrico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o IPC 22 / IFRIC 23. **IPCP**

Central Elétrica SRMN I S.A.

CNPJ nº 29.302.334/0001-00

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)									
	Nota	31/12/2022	31/12/2021			Nota	31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	7	12.164	5.887	Fornecedores	15	15.533	22.922		
Concessionárias	8	1.389	-	Impostos a pagar	9	843	79		
Impostos a compensar	9	497	11	Empréstimos e financiamentos	16	15.967	10.912		
Partes relacionadas	10	-	6.398	Outras contas a pagar	17	292	185		
Cauções e depósitos vinculados	11	-	10.603	Partes relacionadas	10	-	26.384		
Adiantamento a fornecedores	12	4.093	2	Total		32.635	60.482		
Despesas antecipadas									

...continuação

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dividas				
	Circulante	Não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
BNB principal	3.212	2.808	104.896	92.874
Encargos de divida	12.754	8.105	-	-
Custo de transação	-	(403)	(443)	-
Total	15.967	10.912	104.493	92.432

O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Contrato

Instituição financeira	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Valor contratado	R\$ 110.992
Data da contratação	30/04/2019
Valor liberado	R\$ 114.140
Vigência do contrato	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da divida	IPCA + 2,33 a.a.
Forma de pagamento	Principal e juros mensais
Custo de transação	Amortização mensal

Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dividas:

	Circulante	Não circulante				
	Principal	Juros	Total	Principal	Custos de transação	Total
Saldo em 31/12/2020	-	135	135	29.057	-	29.057
Ingressos	-	-	-	66.626	(484)	66.184
Juros provisionados	-	7.970	7.970	-	-	-
Transferências	2.807	-	2.807	(2.807)	(2.807)	-
Amortização custo de transação	-	-	-	42	42	-
Saldo em 31/12/2021	2.808	8.105	10.912	92.874	(443)	92.432
Ingressos	-	-	-	15.240	-	15.240
Juros provisionados	-	9.150	9.150	-	-	-
Transferências	3.219	-	3.219	(3.219)	-	(3.219)
Amortização do principal	(2.814)	-	(2.814)	-	-	-
Amortização dos juros	-	(4.500)	(4.500)	-	-	-
Amortização custo de transação	-	-	-	40	40	-
Saldo em 31/12/2022	3.213	12.755	15.967	104.895	(402)	104.493

Vencimentos dos empréstimos a longo prazo:

Ano de vencimento	2024	2025	2026	2027 a 2047	Total
2024	2.239	-	-	-	2.239
2025	-	2.498	-	-	2.498
2026	-	2.918	-	-	2.918
2027 a 2047	-	96.838	-	-	96.838
Total	104.493	-	-	-	104.493

16.1. Garantias contratuais: Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia ao banco emissor das Fincancas Bancárias atreladas a este financiamento, no caso o Banco do Brasil: ações da Companhia, receta proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

16.2. Obrigações contratuais: Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, as quais serão exigidas somente após o início das operações, abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devedor;

• Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de divida no 2,51% do valor desembolsado A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
	Não circulante	Não circulante
Adiantamento clientes	292	292
Provisão para arrendamentos	-	-
Total	292	292
292	292	185
185	156	341

Em 2020 a Companhia registrou provisão de arrendamento para os contratos de terrenos, pois em fase operacional o contrato tem parcelas fixas de pagamento e veículos. Em 2021 a Companhia baixou a provisão para arrendamento de terrenos, pois para os próximos anos, devido à cláusula dos contratos classificar o arrendamento como variável de acordo com a geração de receita em seu período operacional. A Companhia obteve as suas taxas de desconto com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 8,96% para veículos.

18. PROVISÃO DE DESMANTELAMENTO

	31/12/2022	31/12/2021
	Não circulante	Não circulante
Desmantelamento	516	516
Total	516	516
A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:	-	-
Provisão	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	-
Adição	446	-
Atualização	70	-
Saldo em 31/12/2022	516	516

(a) Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituidas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Elétrico de Santa Rosa Mundo Novo V está registrada em contrapartida ao imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização dessa provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Elétrico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques elétricos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, esperantes nesse tipo de atividade, projetado até o fim da vida útil do parque elétrico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 13,55% a.a. (11,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: Em de 2022 os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$10.571 representando 35.238 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 20. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual provê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$1.654 (R\$1.276 em 31 de dezembro de 2021).

20. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2022	2021
	Circulante	Circulante
Receita operacional bruta	776	-
Suprimento de energia elétrica	21.306	-
Suprimento de energia elétrica com partes relacionadas	-	-
Total de receita bruta	22.082	-
Deduções à receita operacional	(806)	-
PIS/COFINS	(806)	-
Total de deduções	(806)	-
Total de receita operacional	21.276	-
MWh comercializado (não auditado)	115	-

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
	Circulante	Circulante
Custo do serviço de energia elétrica	(347)	(2.138)
Não gerenciais	(742)	(3.227)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-
Total	(1.089)	(5.365)

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
	Circulante	Circulante
Receitas financeiras	914	-
Renda de aplicações financeiras	5	-
Juros recebidos	919	-
Total de receitas financeiras	919	-
Despesas financeiras	(9.150)	-